

Cargo: Promotor de Justiça Substituto Prova Escrita 2 – Grupos 3 e 4 – 1 –
PROVA ESCRITA 2 – GRUPOS 3 e 4

- Na prova a seguir – que vale dez pontos – faça o que se pede, usando as páginas correspondentes do presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas FOLHAS DE TEXTOS DEFINITIVOS, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
 - Tanto na dissertação quanto nas questões, qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizada será desconsiderado.
 - Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo correspondentes.
- ATENÇÃO! Nas folhas de textos definitivos da prova escrita, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira delas, pois não serão avaliados os textos que tenham qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

DISSERTAÇÃO

O prefeito do município de Ourinhos, São Paulo, propôs ação indenizatória de dano por ato ilícito contra o juiz de direito da comarca tendo em vista os termos por ele utilizados, ofensivos à honra do autor, em decisão prolatada em ação popular e em discurso no dia da diplomação dos candidatos eleitos.

O juiz extinguiu o feito por ilegitimidade passiva, antes da citação do réu. O autor apelou da sentença, havendo o Tribunal dado provimento ao recurso de apelação, por maioria.

Em face da situação hipotética acima apresentada, redija um texto dissertativo que responda, circunstanciada e fundamentadamente, aos questionamentos a seguir.

< Segundo entendimento doutrinário e jurisprudencial, é o juiz de direito legitimado a ocupar o pólo passivo da demanda?

Há responsabilidade civil da autoridade judiciária pelos atos jurisdicionais praticados? Em caso negativo, quem seria legitimado passivamente e qual seria o juízo competente?

< Como será processada a apelação se o réu ainda não havia sido citado quando a sentença foi prolatada?

< Provido o recurso, haverá cassação ou reforma da sentença? Quais os efeitos de uma e de outra?

< Que recurso(s) cabe(m) contra a decisão do tribunal de justiça e quais os seus fundamentos e requisitos?

(Extensão máxima: sessenta linhas – Valor: 4,0 pontos)

QUESTÃO 1

Em processo de investigação de paternidade, o réu recusou-se a submeter-se a exame de DNA, alegando não estar obrigado a produzir prova contra si próprio, pois o ônus da prova cabe ao autor, e, ainda, fundado na defesa de seu direito à intimidade.

A propósito da situação hipotética acima, na condição de promotor de justiça, redija um parecer sucinto, mas fundamentado, a respeito da recusa do réu e de suas conseqüências.

(Extensão máxima: trinta linhas – Valor: 2,0 pontos)

QUESTÃO 2

Proposta ação de busca e apreensão do veículo, dado em alienação fiduciária, ao argumento de

que a requerida se encontrava inadimplente a partir de 2/11/2003, quando deixou de pagar as

prestações referentes ao contrato de empréstimo/financiamento de bens celebrado entre as partes, a

requerida ofertou contestação e juntou aos autos prova de que as prestações foram quitadas antes do

ajuizamento da ação de busca e apreensão. Diante dos documentos juntados aos autos, o autor requereu a desistência da ação, que foi de imediato homologada pelo juiz. Inconformada com a decisão, a requerida interpôs apelação, pleiteando a cassação da sentença e o retorno dos autos para julgamento na instância inferior.

Em face da situação hipotética acima, responda, fundamentadamente, aos questionamentos que se seguem.

< Há interesse recursal na hipótese?

< Se o tribunal conhecer do recurso, deve dar-lhe provimento? Em caso afirmativo, sob que fundamento?

< Provido o recurso, deverá o tribunal cassar a sentença e remeter os autos ao juízo a quo ou deverá julgar a causa? Nessa hipótese, haveria quebra do princípio da demanda, já que o pedido da apelante foi de cassação da sentença tão-somente?

(Extensão máxima: trinta linhas - Valor: 2,0 pontos)

QUESTÃO 3

Redija um texto de natureza dissertativa que responda, fundamentadamente, aos questionamentos que se seguem.

< O tratamento dado pelo Código de Defesa do Consumidor à produção probatória é a mesma do Código de Processo Civil?

< Qual o papel do juiz em relação à matéria e de que forma deve atuar no que respeita à avaliação probatória?

< Há controvérsia doutrinária e jurisprudencial a respeito?

(Extensão máxima: trinta linhas - Valor: 2,0 pontos)